



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito	Semestre: 2022.2	Turma: 620202
Disciplina: PSI 5629 – Psicologia Jurídica	Horário: Sextas, às 20:20h	
Horas/aula semanais: 2	CH: teórica: 32h/a	CH: prática: Não se aplica
Carga horária total (h/a): 32/a	Equivalência: Não se aplica	Pré-requisitos: DIR5118
Disciplina Obrigatória	E-mail: daniel.kerry@ufsc.br	
Professora: Dr. Daniel Kerry dos Santos		

II. EMENTA

Noções introdutórias em Psicologia e Direito. Conhecimentos básicos em Psicologia para os operadores do Direito. Definição e histórico da Psicologia Jurídica. Relações da Psicologia com a Justiça, a Moral e o Direito. Psicologia Jurídica e Direito Penal. Psicopatologia e processos jurídicos. Contribuições da Psicologia Jurídica nas áreas Cível e Criminal.

III. TEMAS DE ESTUDO (CONTEÚDO PROGRAMÁTICO)

Unidade I – Introdução à Psicologia Jurídica: debates históricos e contemporâneos

Introdução à Psicologia como ciência e profissão
Os saberes “psi” e o Direito
Psicologia Jurídica no Brasil – história e campos de atuação
Psicologia e Justiça Restaurativa
Questões da Psicologia Crítica ao Sistema Penal brasileiro

Unidade II – Psicologia Jurídica e o Sistema de Justiça

Psicologia em Varas de Família
Psicologia a problemática das violências contra as mulheres
Psicologia e Direitos Humanos da População LGBTI+
Psicologia, Direitos de Crianças e Adolescentes e o ECA
Psicologia, Direitos Humanos e relações étnico-raciais
Psicologia, Segurança Pública e o Sistema Prisional

IV. OBJETIVOS

Desenvolver competências e habilidades dos alunos para:

- Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no Sistema de Justiça;
- Distinguir implicações técnico-científicas e éticas decorrentes da relação entre Psicologia e Direito;
- Identificar conceitos e fundamentos da ciência psicológica que contribuem na compreensão dos fenômenos jurídicos;
- Identificar contribuições da Psicologia Jurídica na aplicação do Direito.

V. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O conteúdo programático está organizado em duas unidades temáticas descritas no Cronograma. Serão utilizados os seguintes recursos metodológicos:

- Aulas expositivas dialogadas, mediadas por recursos visuais/audiovisuais;
- Leitura prévia de textos obrigatórios como preparação às discussões em classe;

- c). Apresentações orais, discussões teóricas e debates;
- d). Leituras com estudo dirigido;
- e). Vídeos (documentários, palestras, filmes);
- f). Trabalhos escritos;
- g). Seminários em sala de aula.

VI. AVALIAÇÃO

CRITÉRIOS GERAIS DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES: objetividade e clareza na apresentação das reflexões e análises; coerência com o que foi solicitado e com os objetivos de aprendizagem da disciplina; argumentação com base nas referências bibliográficas indicadas; uso das referências bibliográficas indicadas; escrita autoral; pontualidade na entrega das atividades; formatação dos trabalhos de acordo com a ABNT. Atividades identificadas com plágio não poderão ser refeitas e ficarão com nota zero.

Unidade I – Atividade Avaliativa I (10,0 pontos)

Será realizada uma atividade escrita em dupla, que deverá ser entregue ao professor conforme data estipulada no cronograma. Os critérios de avaliação serão descritos no Moodle, juntamente às instruções disponibilizadas para a atividade.

Unidades II – Atividade Avaliativa II (10,0 pontos)

Elaboração e apresentação de seminário em grupo. Cada grupo ficará responsável por apresentar sua pesquisa e conduzir um debate dentro do tema escolhido previamente. A cada encontro (definido no cronograma) um grupo ficará responsável por apresentar seu trabalho e conduzir o debate com a turma, com ajuda e mediação do professor. Os critérios de avaliação serão descritos no Moodle, juntamente às instruções disponibilizadas para a atividade.

Média Final: $\frac{Av1 + Av2}{2}$

VII. NOVA AVALIAÇÃO

Conforme previsto no Artigo 70, parágrafo 2º da Resolução 017/CUn/97 (Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC), terá direito a uma nova avaliação, ao final do semestre, o aluno com frequência suficiente (FS) e média das avaliações do semestre entre 3,0 (três) e 5,5 (cinco vírgula cinco). A nota final, neste caso, será o resultado da média aritmética entre a média das avaliações do semestre e a nota obtida pelo aluno nessa nova avaliação, conforme previsto no Artigo 71, parágrafo 3º da citada Resolução.

VIII. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (1999). A Psicologia ou as psicologias. In: Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologias*. (pp. 15-28). 13ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Brito, L. Psicologia Jurídica: um campo em debate. *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, ano 9, n.8, 2012. (entrevista). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Dialogos8_23outubro.pdf.
- Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. (Orgs.). *Psicologia Jurídica no Brasil*. 3ª. Ed. – Rio de Janeiro: Nau, 2011.
- Lago, V. M., Amato P., Teixeira, P., Rovinski S. L. R., & Bandeira D. R. (2009). Um Breve Histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus Campos de Atuação. *Estudos de Psicologia*, 26(4), 483-491.
- Malaguti, Vera. A criminologia e os saberes psi. In _____. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

- Miranda JR., H. Psicologia e Justiça: a psicologia e as práticas judiciárias na construção do ideal de Justiça. *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, v.18, n.1, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931998000100004>
- Moreira, L., & Soares, L. (2020). O que a Psicologia Social tem a dizer ao campo jurídico? In: L., Soares & L. E., Moreira. *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (p.12-20). 1. ed. Florianópolis: Abrapso Editora.
- Pinto, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa é Possível no Brasil? In: Justiça Restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005, p. 295-319. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Coletanea-de-Artigos-Livro-Justi%C3%A7a-Restaurativa.pdf>

IX. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Agamben, G. *Homosacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- Alves, A. P., Arpini, D. M., & Cúnico, S. D. (2014). O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. *Psicologia Argumento*, 32 (79), 61-70.
- Bhona, F. M. C., & Lourenço, L. M. (2011). Síndrome de alienação parental (SAP): uma discussão crítica do ponto de vista da psicologia. *Minas Gerais*, 1-12.
- Bicalho, P. P. G et al .Os direitos sexuais e o enfrentamento da violência sexual.Psicol. clin., Rio de Janeiro , v. 24, n. 1, p. 33-43, 2012 .
- Bicalho, P. P. G.; Kastrup, V.; Reishoffer, J. C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 24, n. 1, p. 56-65, abr. 2012 .
- Brito, L. (Org.). *Temas de psicologia jurídica*. 2. ed. Rio de Janeiro : RelumeDumará, 2000.
- Brito, L. *Psicologia e instituições de direito: a prática em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.
- Butler, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu* (21) 2003: pp.219-260.
- Canguilhem, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- Carrara, S. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio jurídico na passagem do século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- Coimbra, C. M. B. *Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza*. Trabalho apresentado em Mesa Redonda: Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado pela UERJ, em outubro de 2006.
- Coltro, B., Giacomozzi, A. I., & Peixono, K. (2017). Avaliação psicológica em processos judiciais de abandono afetivo: conflitos familiares e as demandas do judiciário. *Quaderns de Psicologia*, 19 (3), 287-298.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Redução da idade penal: socioeducação não se faz com prisão* / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 56p
- Cruz, R. M., & Maciel, S. K. (2005). Perícia de danos psicológicos em acidentes de trabalho. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 5(2), 120-129.
- Cruz, R. M., Maciel, S. K., & Ramirez, D. C. (2005). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Derrida, J. *Força de lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Diniz, D. *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011*. [recurso eletrônico]. Brasília: Letras Livres; Editora da UnB, 2013.
- Fiorelli, J. O., & Mangini, R. C. R. (2020). As funções mentais superiores (a Síndrome de Pirandello). In: J. O., Fiorelli, & R. C. R., Mangini. *Psicologia jurídica* (p. 24-71). 10. ed. São Paulo: Atlas.
- Foucault, M. *A evolução da noção de “indivíduo perigoso” na psiquiatria legal do Século XIX*.
- Foucault, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 1996.

- Foucault, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 10. ed. Petrópolis : Vozes, 1977.
- Gauer et al. (2019). Avaliação de imputabilidade penal/superveniência de doença mental. In: Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C. M., Rovinski, S. L. R., & de Medeiros Lago, V. (orgs.). *Avaliação Psicológica no Contexto Forense*. Artmed.
- Goffman, E. Manicômios prisões e conventos. 6. ed. São Paulo : Perspectiva, 2000.
- Guimarães, M. C. & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27 (2), 256-266.
- Hoffmann, Marcos Erico. Psicologia e sistema prisional: alguns apontamentos. In: ROVINSKI, S. L. R.; CRUZ, R. M. (org.) *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. 1.ed. – São Paulo: Vetor, 2009.
- Huss, M. T. (2009). *Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações*. Artmed Editora.
- Jacobina, P. Direito penal da loucura. Brasília: ESMPU, 2008.
- Lucas, D. C., & Homrich, M. T. (2011). Psicologia Jurídica: considerações introdutórias. *Revista Direito em Debate*, 20, 35-36.
- Machado, I. V.; Grossi, M. P. Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas da Lei Maria da Penha. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 561-576, Aug., 2015.
- Nagamine, R. R., Natividade, M. T., & Barbosa, O. A. (2016). Questão de família: um olhar jurídico-antropológico sobre o “casamento gay” no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*, 61 (3), 233–257.
- Noronha, A. P., Resende, A. C., Oliveira, K. L., & Muniz, M. (2021). Os Impactos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3481 na Psicologia e na Sociedade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1–11.
- Passetti, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. *Verve*, 9: 83-114, 2006.
- Rovinski, S. L. R. (2019). Avaliação Psicológica no Contexto Forense. In: M. N. et al., Baptista. *Compêndio de Avaliação Psicológica* (p. 311-321). Petrópolis: Vozes.
- Silva, L. G., & Assis, C. L. (2013). Inimputabilidade penal e a atuação do psicólogo jurídico como perito. *Direito em debate*, 39, 122-143.
- Soares, Laura Cristina Eiras Coelho; Cardoso, Fernanda Simplicio. O Ensino de Psicologia na Graduação em Direito: uma Proposta de Interlocação. *Psicol. Ensino & Form.*, São Paulo, v. 7, n.1, p. 59-69, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000100006&lng=pt&nr m=iso>.
- Souza, N. C., & Bernardo, M. H. (2018). Concepções e práticas de procuradores do trabalho sobre a relação entre saúde mental e trabalho. *Revista Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 21 (1), 17-31.
- Wacquant, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos – a onda punitiva. Rio de Janeiro. Ed. Revan, 2007.

X. ATENDIMENTO AOS/ÀS ESTUDANTES

Segunda-feira, 19h às 20h. Agendamento prévio via e-mail daniel.kerry@ufsc.br.

XI. CRONOGRAMA DA DISCIPLINA

AULA	CONTEÚDO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
Unidade I – Introdução à Psicologia Jurídica: debates históricos e contemporâneos		
1	26/08	Abertura da disciplina Apresentação do Plano de Ensino, dúvidas sobre os conteúdos e introdução à Psicologia como ciência e Profissão.
2	02/09	Breve introdução à Psicologia como ciência e profissão <u>Texto 1:</u> Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (1999). A Psicologia ou as psicologias. (17 págs).
3	09/09	Os saberes “psi” e o Direito – Parte I <u>Texto 2:</u> MIRANDA JR., H. Psicologia e Justiça: a psicologia e as práticas judiciárias na construção do ideal de Justiça. Psicologia Ciência e Profissão. Brasília, v.18, n.1, 1998. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931998000100004 <u>Texto 3:</u> MALAGUTI, Vera. A criminologia e os saberes psi. In _____. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011. Textos complementares: <u>Texto 4:</u> ARANTES, E. M. M. Pensando a Psicologia aplicada à Justiça. In GONÇALVEZ, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Orgs.). Psicologia Jurídica no Brasil. 3ª. Ed. – Rio de Janeiro: Nau, 2011. <u>Texto 5:</u> Moreira, L., & Soares, L. O que a Psicologia Social tem a dizer ao campo jurídico? In Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça [livro eletrônico] / organização Laura Cristina Eiras Coelho Soares , Lisandra Espíndula Moreira. -- 1. ed. -- Florianópolis: Abrapso Editora, 2020. (p. 12-20).
4	16/09	Os saberes “psi” e o Direito – Parte II <i>Mesmas referências da aula anterior</i>
5	23/09	Psicologia Jurídica no Brasil – história e campos de atuação <u>Texto 6:</u> LAGO, Vivian de Medeiros et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estud. psicol. (Campinas), Campinas , v. 26 n. 4, p. 483-491, Dec. 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400009 <u>Texto 7:</u> [entrevista] BRITO, L. Psicologia Jurídica: um campo em debate. Psicologia Ciência e Profissão. Brasília, ano 9, n.8, 2012. (entrevista). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Dialogos8_23outubro.pdf

		<i>Obs: Nesse encontro, além da parte expositiva dialogada também iremos assistir a um documentário em sala de aula.</i>
6	30/09	<i>Psicologia Jurídica no Brasil – história e campos de atuação</i> <i>Mesmas referências da aula anterior</i>
7	07/10	<i>Psicologia e Justiça Restaurativa: construções de espaços de escuta</i> <u>Texto 8:</u> PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa é Possível no Brasil? In: Justiça Restaurativa. Brasília: Ministério da Justiça/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005, p. 295-319. Disponível em: http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Coletanea-de-Artigos-Livro-Justi%C3%A7a-A7a-Restaurativa.pdf <u>Texto 9:</u> [entrevista] “Lutar contra prisões em massa e pena de morte é lutar contra escravidão dos tempos modernos”. <i>Entrevista com Angela Davis e Fani Davis</i> . Disponível em: http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/43339/lutar+contra+prisoas+em+massa+e+pena+de+morte+e+lutar+contra+escravidao+dos+tempos+modernos+diz+angela+davis.shtml
8	14/10	<i>Psicologia e Justiça Restaurativa: construções de espaços de escuta</i> <i>Mesmas referências da aula anterior</i>
9	21/10	<i>Psicologia e Justiça Restaurativa: o exemplo do projeto “Clínicas do Testemunho”</i> <u>Sugestão de livro para o encontro:</u> INSTITUTO APOA. Por que uma clínica do testemunho? / Clínicas do Testemunho RS e SC. Porto Alegre: Instituto APPOA, 2018. 304 p. Disponível em: https://appoa.org.br/uploads/arquivos/1437_livro_2.pdf <i>Obs: Encontro dialogado com convidada.</i> <u>ATENÇÃO: Entrega da Atividade Avaliativa I</u>
Unidade 2 – Psicologia Jurídica e o Sistema de Justiça		
10	28/10	<i>Feriado</i>
11	04/11	Grupo 1 – Psicologia em Varas de Família
12	11/11	Grupo 2 – Psicologia e a problemática das violências contra as mulheres
13	18/11	Grupo 3 – Psicologia e Direitos Humanos da População LGBTI+
14	25/11	Grupo 4 – Psicologia, os Direitos de Crianças e Adolescentes e o ECA
15	02/12	Grupo 5 – Psicologia, Direitos Humanos e relações étnico-raciais

16	09/12	Grupo 6 – Psicologia, Segurança Pública e o Sistema Prisional
17	16/12	Fechamento da disciplina e avaliação coletiva do processo.
18	23/12	Nova Avaliação (caso necessário).